



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CECH – Centro de Educação e Ciências Humanas
Curso de Licenciatura em História

**TRANVERSALIZANDO HISTÓRIA E MEIO AMBIENTE NA
ESCOLA: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS**

Prof. Dr. Luis Eduardo Pina Lima
(Orientador)

São Cristóvão-SE
2019.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CECH – Centro de Educação e Ciências Humanas
Curso de Licenciatura em História

REMESSON DA SILVA SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Prof. Dr. Luis Eduardo Pina Lima, como requisito das atividades de docência desenvolvidas durante a disciplina Prática de Pesquisa.

São Cristóvão-SE
2019.1

SUMÁRIO

1. Considerações Preliminares	05
2. Objetivo geral	07
3. Objetivo Específico	07
4. Metodologia	07
5. História e meio ambiente	08
6. Discussões	13
7. Considerações Finais	16
4. Referência	17

TRANVERSALIZANDO HISTÓRIA E MEIO AMBIENTE NA ESCOLA: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

Remesson da Silva Santos¹

Curso de História

Orientador: Prof. Dr.. Luis Eduardo Pina Lima²

RESUMO

O campo deste trabalho está relacionado aos desafios da transversalização dos debates ambientais através do ensino de história. Nesse sentido, objetiva-se analisar as práticas de uma professora, do ensino fundamental, de uma escola estadual, do estado de Sergipe. Para tanto, estabeleceu-se a seguinte metodologia: 1. Observação de duas atividades pedagógicas externas à escola: visita ao Parque Nacional Serra de Itabaiana e a travessia do Rio Sergipe; 2. Aplicação de um questionário respondido pela docente e 3. Análise das práticas pedagógicas observadas. Os textos elencados para sustentar as discussões desta pesquisa foram os seguintes: Carvalho; Costa (2016), Carvalho (2011), Souza (2015) e Mazzarino; Rosa (2013). Concluiu-se que não é difícil “sensibilizar” os alunos sobre o “meio ambiente”, mas questionar a racionalidade produtiva e de separação entre cultura e natureza, muitas vezes vista como um depósito de recursos a serem explorados.

PALAVRA-CHAVE: Transversalidade. Ensino. História. Meio Ambiente.

ABSTRACT

The field of this work is related to the challenges of the transversalization of environmental debates through the teaching of history. In this sense, the objective is to analyze the practices of a teacher, of elementary school, of a state college, of the state of Sergipe. To this end, the following methodology was established: 1. Observation of two pedagogical activities outside the school: visit to the Serra de Itabaiana National Park and the crossing of the Sergipe River; 2. Application of a questionnaire answered by the faculty member and 3. Analysis of pedagogical practices observed. The texts listed to sustain the discussions of this research were as follows: Carvalho; Costa (2016), Carvalho (2011), Souza (2015) and Mazzarino; Rosa (2013). It was concluded that it is not difficult to "sensitively" students about the "environment", but to question the productive rationality and separation between culture and nature, often seen as a deposit of resources to be explored.

KEY WORDS: Transversality. Teaching. Story. Environment.

¹ Concludente do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: remessonl@hotmail.com.

² Professor efetivo do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: eduardopina@ufs.br.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Para a formação de um cidadão consciente, as práticas pedagógicas devem incluir alguns temas transversais além dos conteúdos convencionais. Um desses temas, na forma pautada nas diretrizes escolares, é a Educação Ambiental. Nesse sentido, no Brasil, no início da década de 1970, desenvolveram-se manifestações isoladas de professores e alunos juntos com as prefeituras e alguns estados do país, com a finalidade de elaborar práticas educacionais direcionadas à recuperação e conservação do meio ambiente. Assim sendo, surgem os primeiros cursos de especialização em educação ambiental.

Alguns tempo depois, os debates voltados para o meio ambiente ganharam notoriedade, contribuindo para que o presidente Emilio Garrastazu Médici criasse a Secretaria Especial do Meio ambiente (SEMA), no ano 1973, com o objetivo de executar ações de proteção e conservação ambiental.

Na década seguinte, em 1981, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) é elaborada, estabelecendo, no âmbito legislativo, a relevância da educação ambiental nas escolas, tanto no ensino fundamental como no ensino secundário, corroborando para ampliação da referida pauta. O ápice desse processo se dá com a promulgação da Constituição Federal em 1988, que obriga os cidadãos a: “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988, Art. 225, inciso VI.).

Desse modo, a educação voltada ao respeito à natureza deve atravessar todos os níveis de ensino, colaborando na formação de um cidadão sensível ao meio ambiente, ajudando na construção de hábitos e valores diferentes dos praticados nos dias atuais, nos quais o meio ambiente deixe de ser visto como objeto a ser explorado do homem.

Após a Constituição Federal, na Conferencia RIO 92, realizada no Brasil, foi anunciado o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), desenvolvido, conjuntamente, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Educação e do Desporto, com parceria do Ministério da Cultura (MinC) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (MINTIC). Tendo sido executado pela coordenação do MEC e MMA, tal programa destinava-se a promover ações que asseguravam, dentro do campo educativo, a integração de temas como sustentabilidade ambiental, social, ética, cultural, econômica e política.

Em sincronia com esse processo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) destaca um conjunto de valores importantes para a formação do cidadão, que contribuem para

a ordem social do país, ressaltando que o objetivo desse processo deve ocorrer mediante a: “compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”, como destaca o Art. 32 parágrafo II, da Lei no 9.394/1996 (Brasil, 2018).

As diretrizes criadas em 1998, voltadas para educação fundamental e, posteriormente, em 2000, para o ensino médio, são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Estes dispositivos têm a finalidade de realçar um padrão de conhecimento que deve ser desenvolvido pelas escolas, servindo como norteador para os professores. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998), os alunos que concluírem o ensino fundamental devem ser capazes de identificar-se como parte integrante da natureza; perceber, apreciar e valorizar a diversidade natural; observar e analisar fatos e situações do ponto de vista ambiental e compreender que os problemas ambientais interferem na qualidade de vida das pessoas.

Enquanto o ensino fundamental busca uma edificação de cidadãos com valores propícios para viver em ordem na sociedade, o ensino médio busca restituir o humanismo esquecido no pós-industrialismo, bombardeado com a quantidade e velocidade de informações. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacional Ensino Médio (PCNEM), espera-se que a escola forme cidadãos com conhecimento além da representação política tradicional, tais como: emprego, qualidade de vida e meio ambiente.

Outro documento que colabora para a formação e construção de uma sociedade mais justa é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nele se encontram normas a serem trabalhadas nas escolas brasileiras, tanto públicas como particulares, em todos os níveis de escolaridade. A primeira versão completa foi apresentada em setembro de 2015, a segunda em abril de 2016, e uma versão parcial, em maio de 2017. Finalmente foi promulgada em 2018.

Na perspectiva do debate em relação à educação ambiental, a primeira e terceira versões não citam o termo, delimitando-se a ideia de aprendizagem do indivíduo em sintonia com meio ambiente. A segunda versão enfatiza a educação ambiental como um cumprimento das ações pedagógicas, nomeando-a como “tema integrado”, contribuindo para o desenvolvimento individual de um caráter social em relação à natureza e aos outros seres humanos.

Diante do exposto, surge a seguinte pergunta: Como se desenvolve uma prática pedagógica relacionando história e meio ambiente, em uma turma do ciclo fundamental maior, de uma escola pública estadual, no município de Barra dos Coqueiros, no estado de Sergipe?

OBJETIVO GERAL

- Analisar uma prática docente da disciplina de História transversalizada por questões relacionadas ao meio ambiente.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever o desenvolvimento da referida prática;
- Comparar a prática observada com outras ações pedagógicas relacionadas com a transversalidade entre a temática ambiental e o ensino de história;
- Destacar as metodologias utilizadas para elaboração de projetos eco-pedagógicos em outras práxis educativas.

METODOLOGIA

O tema surgiu dentro do programa Residência Pedagógica, visto que a preceptora indicada, por conta da presença marcante da natureza na região do município Barra dos Coqueiros, decidiu trabalhar a temática ambiental nas suas aulas de história.

De acordo com Melicio Machado (2017), a Barra dos Coqueiros inicialmente foi chamada de Ilha dos Coqueiros. O referido local encontra-se localizado à margem do estuário do Rio Sergipe e foi conquistada, em 1590, pelos portugueses que povoaram a região, servindo como porto de embarcações, tanto para importações como para exportações, que movimentavam a economia do lugar. Em 1875, ganhou estatuto de freguesia (Freguesia de Nossa Senhora dos Mares da Barra dos Coqueiros). Já o título de cidade, veio em 1953 com a grande revisão territorial de Sergipe, que criou, também, outras 18 localidades.

Para obter as respostas acerca da problematização apresentada neste trabalho, em primeiro lugar a docente respondeu a um questionário. Em seguida, observou-se a prática da educadora realizada no ambiente externo à escola. Destaca-se que a referida professora, com a permissão dos pais dos discentes, ministrou uma aula ao redor da comunidade e posteriormente atravessou o Rio Sergipe, até chegar à cidade de Aracaju. Em outro momento, houve a visita ao Parque Nacional Serra de Itabaiana.

No decorrer da chamada “Expedição pelo Rio”, discussões foram levantadas em torno do patrimônio material e ambiental da cidade e sobre as formas tradicionais de navegação responsáveis pelas travessias, conhecidas como Tototós. O intuito era ressaltar a

relevância desses pequenos barcos para a formação da identidade do povo sergipana, bem como abordar a relação entre tempo e espaço, destacando temas como água e sobrevivência, aproveitamento de recursos naturais pelas civilizações, o desenvolvimento das cidades e o impacto ambiental provocado pelo surgimento de tecnologias e de explorações indiscriminadas do meio ambiente.

Na etapa seguinte, foi levantado o estado da arte sobre pesquisas que relacionam meio ambiente e história, chegando-se a um conjunto de artigos, dentre os quais se destacam: Ely Bergo de Carvalho e Jamerson de Sousa Costa (2016), ao analisarem as dificuldades epistemológicas de aproximação entre o ensino de história e o meio ambiente, realizando uma discussão pertinente à indagação exposta. Destaca-se, ainda, a temática sobre a aproximação entre o campo do ensino de história e os debates suscitados pela emergência de uma história ambiental, também discutido por Carvalho (2011).

Posteriormente, foi fichado o texto de Francisco das Chagas Silva Souza (2015), que apresenta a emergência da História Ambiental, realçando possibilidades de trabalhar outras disciplinas vinculando-as com a referida temática. Destaca-se, ainda, o artigo de Jane Mazzarino e Daiani Clesnei da Rosa (2013) que analisa a realização de práticas eco pedagógicas tanto em uma escola municipal quanto em uma universidade.

Ressalta-se, portanto, que os trabalhos estudados encontram-se vinculados à execução de práxis pedagógicas, com ênfase na coleta de relatos de profissionais que trabalham com educação, relacionando-se diretamente com a metodologia empregada nesta investigação.

HISTÓRIA E MEIO AMBIENTE: UMA RELAÇÃO COM VÁRIAS POSSIBILIDADES

Ao adentrar na perspectiva de Ely Bergo de Carvalho e Jamerson de Sousa Costa (2016), no artigo intitulado “Ensino de História e Meio Ambiente, uma difícil aproximação”, publicado pela revista História e Ensino, ressalta-se que é perceptível a dificuldade encontrada quando se trata de relacionar a disciplina de história com questões ambientais. As pautas acadêmicas na matéria abrem espaço para discussão sobre a história ambiental, porém surgem fatores que acabam dificultando e limitando a atuação do profissional na área, como no caso da infraestrutura da escola, além dos baixos salários pagos aos professores, o excesso

de alunos na sala de aula ou, até mesmo, a tradição relacionada ao papel do professor de história, que está associado ao campo do saber “social” e não do “natural”.

No referido trabalho, os autores trazem apontamentos que destacam como abordamos a história como disciplina que se vincula ao “social”, isentando-a da abordagem “natural”, servindo para promover uma separação inconsistente, que limita o conhecimento e exclui o debate ambiental. Desse modo, os autores, ao perscrutarem a separação das temáticas citadas, notaram a dificuldade da aproximação, que tem como antecedente a produção historiográfica através da qual o meio ambiente é silenciado, sendo visto como uma paisagem ou plano de fundo.

Este artigo destaca, ainda, que os livros didáticos são produzidos sem nenhum, ou com poucas referências relacionadas às diferentes formas de interação entre as sociedades e o meio ambiente em contextos históricos diversos. Destaca, também, que a formação inicial e continuada dos licenciados não tem preparado profissionais habilitados para debater o referido tema.

Para Carvalho e Costa (2016), a disjunção moderna entre a sociedade e natureza é fundamentada a partir de estudos e relatos de docentes. Como exemplo, destaca o caso de uma bióloga que discorre sobre um fato no qual alunos do ensino fundamental maior relutaram ao descobrir que pertencem ao reino animalia, demonstrando a força da crença imaginária da separação entre os seres humanos e o mundo natural.

Desse modo, surge a necessidade de investigar sobre quando houve a cisão entre mundo ocidental e a natureza, destacando estudos que defendem que só os habitantes das cavernas integravam-se ao meio ambiente, ao invés de dominá-la.

Outra perspectiva parte de Robert Lenoble (2002), que sublinha na obra “História da Ideia de Natureza”, três pontos que considera de suma importância para a percepção dessa cisão: o “milagre grego”, o cristianismo e a ciência moderna. Assim como a compreensão da “crise civilizatória”, pautada na separação entre os indivíduos e o meio ambiente. Desse modo, o autor conclui que o maior problema do ensino da História em relação à Educação Ambiental é a separação entre o social e o natural, observada na cultura ocidental globalizada contemporânea.

Ely Bergo de Carvalho (2011) escreveu um artigo intitulado “Uma história para o futuro: o desafio da educação ambiental para o ensino de história”, no qual, inicialmente, apresenta a indagação de um aluno, sobre o que o professor de história tem a dizer sobre o meio ambiente. Esta pergunta é central para todos os docentes que pretendem trabalhar o tema, pois chama a atenção para as práticas de uma sociedade que asila o debate ambiental

dos temas estudados pelos historiadores contemporâneos, como resultado do desenvolvimento de uma mentalidade mecanicista, que ainda prevalece nos dias atuais.

Tal comportamento apresenta-se como paradoxal em relação à cotidianidade do debate ambiental, visto que, nas últimas décadas, a mídia passou a divulgar e discutir o aquecimento global e a escassez de água, com intuito de promover mudanças nos indivíduos, ao tempo que demonstra a emergência do problema. Ainda de acordo com Carvalho (2011), uma prova dessa reação, no Brasil, foi a institucionalização da Educação Ambiental, incluída como tema transversal pelos PCNs, não obstante constata-se que continue a ser discutida com maior ênfase nas disciplinas de geografia e biologia.

No entender do autor supracitado, quando transformamos a história em uma linha contínua e homogênea de destruição ambiental, na verdade matamos a história, pois acabamos com a diferença entre as concepções que conduzem nossa relação com a natureza, impossibilitando a construção de um raciocínio ambiental (CARVALHO, 2011).

Francisco das Chagas Silva Souza (2015), no trabalho intitulado “História e Meio Ambiente: um diálogo possível e necessário”, discorre sobre o século XX e os problemas ambientais que afetam a gerações presentes, e afetarão as futuras, assim com crítica o modelo de desenvolvimento que se consolidou após a segunda guerra mundial, o qual, segundo ele, gerou, já na metade do século passado, alertas quanto aos efeitos devastadores que poderiam causar à humanidade.

De acordo com Souza (2015), depois dessa concepção de mudanças, a educação passou a ser visto como um meio necessário para promover as transformações desejadas. Diante desse pensamento, as ciências vêm se “ambientalizando”. Surgiu, assim, a História Ambiental, que tem ganhado forma, no Brasil, nas últimas décadas.

No entender deste mesmo autor, a atual crise ambiental ganhou notoriedade na década de sessenta, atingindo as nações de formas distintas, graça a seus diferentes níveis de riqueza, educação e organização política. Segundo Souza (2015), as nações da Terra, após se depararem com a imprevisibilidade das ameaças provocada pelo desenvolvimento técnico-industrial, criam condições para um debate público sobre os problemas socioambientais. Desse modo, essas pautas entram no discurso político e científico da contemporaneidade, como um conceito que busca ressignificar nossa concepção de mundo e de desenvolvimento, bem como da relação entre sociedade, natureza e educação para vida.

Ainda na concepção deste autor, compreende-se a história ambiental como um campo novo, que realça a impossibilidade da experiência humana se desenvolver sem restrições naturais. No entender de Souza (2015), a velha história portou-se como se não

tivéssemos sido e não fossemos realmente parte do planeta. Diante disso, esta nova disciplina nasceu tanto com um objetivo moral quanto com um forte compromisso político, promovendo o entendimento de como os seres humanos foram, através do tempo, afetados pelo seu ambiente natural, e como essa prática mútua, favorece um encontro de racionalidades, desenvolvendo uma postura crítica frente aos debates ambientais. É por essa razão que, nos anos de mil novecentos e setenta, incorporam-se novas transformações teóricas ao diálogo com as ciências naturais, com o desafio de superar os dualismos, e pensar o ser humano na totalidade, tensa e complexa, de suas dimensões biológicas e socioculturais.

O referido autor conclui, defendendo que, para conscientizar os discentes sobre a importância do tema, o profissional de história, ao discutir cidadania, deve englobar a relação do homem e natureza, no tempo e espaço.

Para concluir o levantamento sobre o estado da arte relacionado a práticas eco pedagógicas em ambientes escolares, destaca-se o artigo elaborado por Jane M. Mazzarino e Daiani Clesnei da Rosa (2013). No qual se destaca o fato relevante da instituição educacional possuir várias realidades sociais e culturais. Releva-se que o processo de conhecê-las, torna-se desafiador e necessário para o desenvolvimento de práticas educativas voltadas para uma inserção cuidadosa na realidade socioambiental do local no qual a escola funciona.

No artigo em questão, o processo simbólico na educação ambiental formal é analisado a partir de entrevistas realizadas com diretores, professores e educandos, constatando que vários desafios podem ser ultrapassados, possibilitando o desenvolvimento de práticas transformadoras, conectadas com as questões da sociedade.

As autoras mencionadas utilizaram do método qualitativo, baseado na pesquisa bibliográfica e de campo, realizada entre 2010 e 2012, a amostra foi intencional, já que após a aplicação de questionários, em 18 escolas municipais de ensino fundamental, selecionaram duas, nas quais se verificou que o processo de educação ambiental estava mais amadurecido.

Para a realização da pesquisa supracitada, foram utilizadas as contribuições de Moraes (2005), que sugere que o tratamento de dados seja dividido em três categorias de análise: Processo de educação ambiental, formação e auto formação docente e percepção dos alunos sobre o processo de educação ambiental.

A primeira categoria refere-se ao modo como a escola incorporou a temática ambiental, temas e modos de compreensão de diretores e professores sobre o processo educativo. Destaca-se que a primeira instituição pesquisada foi uma universidade na qual a questão ambiental vinha sendo trabalhada desde 1993. Assim sendo, debates envolvendo

temas como a separação do lixo, poluição da água, cuidado com animais, queimada, degradação de solos e efeito estufa, faziam parte da ordem do dia.

Seguindo nessa mesma linha, a outra instituição de ensino que foi pesquisada fazia parte da rede municipal e as atividades de cunho ambiental iniciaram-se desde 2003. Percebeu-se que a maioria dos pais trabalhava em indústrias, porém mantinham atividades relacionadas à agricultura. Tendo por base esse contexto, a prática de educação ambiental foi voltada, especificamente, para essas atividades e envolvia todos os professores da escola.

Comparando as duas instituições de ensino, levando em conta contexto no qual se encontravam inseridas, determinou-se a dinâmica a ser trabalhada. Desse modo, pode-se afirmar que a organização social na qual as famílias dos alunos se encontram, corroboram para os entrelaçamentos culturais que se refletem nas possibilidades de elaboração de atividades eco pedagógicas.

No que diz respeito à formação e auto formação docente, foram analisados subsídios oficiais e não oficiais, eventuais e contínuos, tanto na escola como nas unidades orientadoras do trabalho escolar. O estudo demonstrou que a escola se preocupa com a formação dos professores, mas fica a cargo da equipe diretiva, a partir das necessidades apresentadas pelo grupo, estabelecer as estratégias a serem utilizadas.

A última análise referiu-se à percepção dos alunos sobre o processo de educação ambiental, participaram 16 discentes, das duas escolas, que fizeram parte de processos educativos ambientais. Os alunos da escola municipal citaram várias atividades relacionadas às práticas agroecológicas realizadas na horta, pelo fato das suas famílias estarem incluídas no contexto das práticas rurais, e ressaltaram que as atividades voltadas para o meio ambiente eram realizadas em sala de aula, por meio de leituras e explicação dos professores. Os alunos da escola universitária entenderam que a educação ambiental tem como meta melhorar a relação individual com o meio, mediante a realização de reciclagem, separação do lixo, atividade com as plantas, discussões através de textos e trabalhos artísticos.

Diante do exposto, percebeu-se que os processos pedagógicos de educação ambiental requerem mudanças tanto nas práticas educativas como no caráter cognitivo e social de toda comunidade escolar, visto que a deflagração de trocas de saberes ambientais extrapola o espaço escolar e dialoga com a sociedade, com potencialidade de transformar, não só a escola, mas, também, o seu derredor. Enquanto isso não acontece, os professores devem compreender que o esforço empregado nessa prática, será minimamente recompensado no cotidiano escolar, seja na percepção da diminuição da quantidade de lixo jogado no pátio ou na redução do desperdício de água potável.

DISCUSSÕES

No que diz respeito à prática observada na escola estadual do município de Barra dos Coqueiros, em Sergipe, destaca-se que, ao responder sobre os motivos que a impulsionaram a trabalhar a relação entre história e meio ambiente, a professora respondeu que gosta deste assunto. Ela destacou que suas ideias se ampliaram quando conheceu os PCNs e encontrou a temática transversal referente ao meio ambiente. A reflexão proporcionada pela leitura despertou o sentimento de querer contribuir para modificar atitudes e práticas pessoais dos seus alunos, assim como colaborar com a melhoria da aprendizagem das turmas, também impulsionou na formação cidadã dos alunos, potencializando-os para colaborar na construção de uma sociedade mais sustentável.

Além de falar sobre a motivação para trabalhar a referida temática, a professora discorreu sobre a reação positiva dos discentes, que se sentiram motivados com as expedições. Porém, destaca-se que, assim como Ely Bergo de Carvalho (2011) apresentou no seu trabalho, citando o fato dos alunos terem perguntado sobre o que um professor de história tem a dizer sobre meio ambiente, percebeu-se que o alunado local também não associou as expedições com a transversalidade entre os referidos campos. Como, por exemplo, no caso da expedição ao Parque Nacional Serra de Itabaiana, situado no município Areia Branco, em Sergipe, que foi encarado pelos alunos como um “Passeio da Escola”, pois não conseguiam associar a perspectiva ambiental com a disciplina de história.

Ao ser perguntada sobre as dificuldades enfrentadas para a elaboração da referida práxis transversal, a professora destacou que um dos primeiros problemas é conduzir os alunos para um local distante da escola, o que a obriga a providenciar transporte e alimentação para todos, tendo que lidar, inclusive, com a incerteza de um horário exato para retornar à escola. Sem falar que necessita de tempo extra para organizar a logística da “expedição”, enviando ofícios e fazendo ligações.

No que diz respeito à distância da escola em relação ao local da prática a ser executada, a jornalista Jane M. Mazzarino e a pedagoga Daiani Clesnei da Rosa (2013) afirmam que tal questão tem uma relação direta com as possibilidades de realização de atividades extraclasse, por isso algumas escolas realizam mais saídas do que outras.

Com relação à escola à qual se refere este trabalho, além de se encontrar inserida em uma região bastante urbanizada, praticamente fazendo parte da capital do estado, está banhada tanto por um rio quanto pelo mar, cercada por uma vegetação marcante,

principalmente por áreas de manguezais, próximos a parques, áreas de proteção permanente e, até mesmo, a vestígios de Mata Atlântica. Tudo isso faz com que os alunos se identifiquem com a região e criem uma sensação de pertencimento, o que torna o processo de aprendizado mais enriquecedor.

Contudo, nada disso pode encobrir a precariedade da realidade escolar, pois como afirmam Ely Bergo de Carvalho e Jamerson de Sousa Costa (2016), em relação a esse tema os professores sempre encontram algumas limitações, como a estrutura precária da escola ou o excesso de alunos em sala de aula. Destaca-se que todos esses problemas também foram encontrados na escola tratada nesta investigação, além da falta de recursos básicos e da constatação de que a professora entrevistada era a única que se preocupava com a elaboração de pautas transversais.

Ao ser perguntada sobre a relevância do trabalho que realiza, a professora respondeu que espera desenvolver nos alunos, atitudes mais conscientes em relação à preservação da natureza, ao tempo que almeja contribuir para a preservação do meio ambiente. Ela compreende que existem consequências ambientais e podem atingir a todos, interferindo profundamente na vida das pessoas no planeta.

O historiador Ely Bergo de Carvalho (2011), ao perscrutar o desafio da educação ambiental para o ensino de história, destaca o papel da mídia com relação ao desenvolvimento de uma consciência ambiental, o que, no nosso entender, incentiva a execução de práticas como a que realiza a professora em questão, motivada por temas amplamente divulgados, como o aquecimento global, e outros tantos problemas de base ecológica.

O discurso da professora vincula-se diretamente à formação de cidadãos conscientes do seu papel social. Tal ideia pode ser compartilhada com a visão defendida por Francisco das Chagas Silva Souza (2015), ao destacar a importância do profissional de história ao discutir, em sala de aula, temas como cidadania no sentido amplo, englobando não só a relação das pessoas em sociedade, mas, também, com a natureza, tanto no tempo quanto no espaço.

A professora afirma, ainda, que uma das maiores dificuldades referentes à realização de trabalhos interdisciplinares, diz respeito à formação acadêmica, pois, segundo ela, na graduação em história não foi devidamente preparada para realizar ações contendo temas transversais.

Tal constatação é compartilhada por Jane M. Mazzarino e Daiani Clesnei da Rosa (2013) que discorrem sobre a preocupação dos professores na formação de profissionais aptos para discutir e elaborar pautas transversais. As autoras afirmam que, na maioria das vezes, a

formação continuada ministrada na escola, ou nas unidades orientadoras do trabalho escolar, é oferecida de forma esporádica, limitando-se, na maioria das vezes, somente à equipe diretiva. No caso desta pesquisa, a professora afirma que no percurso dos últimos 3 (três) anos, através dos quais esteve vinculada à referida instituição, não houve qualquer tipo de formação voltada para a temática ambiental, nem ao menos direcionada para a equipe técnico pedagógica.

Mesmo assim, no caso desta pesquisa, torna-se relevante destacar a participação da equipe pedagógica da escola, principalmente da coordenadora e dos professores de Educação Física, que se fizeram presentes na visita ao Parque Nacional da Serra de Itabaiana. Destaca-se que, em depoimento prestado para esta investigação, a coordenadora supracitada destacou a importância de estar auxiliando os alunos e, junto com eles, construir novos conceitos, que contribuam para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Destaca-se que na referida “expedição”, os docentes, em conjunto, utilizaram o espaço e a geografia do parque para fins didático-pedagógicos, ampliando-os para o treinamento de padrões físicos e motores. Ressalta-se, inclusive, que o entorno do parque foi explorado em suas mais variadas possibilidades, tanto ecológica quanto cultural e simbólico, corroborando para prática da cidadania. Desse modo, os alunos experimentaram uma vivência de pertencimento identitário, tanto com relação ao espaço quanto com relação o tempo.

Como resultado dessa ação interdisciplinar, os professores destacaram a interação entre os participantes, materializada na socialização de ideias e na troca de informações durante o percurso. Na opinião desses educadores, tal postura favoreceu ao desenvolvimento dos alunos, pois a trilha não se resumiu somente em conhecer a natureza e seus elementos biológicos e físicos, mas também para conscientizar os alunos das inúmeras utilidades do meio ambiente, da ação do homem em sua preservação e do uso da natureza para a prática esportiva e de lazer.

Ao destacarem os objetivos da referida “expedição”, os docentes afirmaram que provocaram situações nas quais os alunos se encontravam com questões que ressaltavam a importância de se manter uma relação indissociável entre meio ambiente, saúde e qualidade de vida. A trilha oportunizou ações desafiadoras, que exigiram dos alunos a realização de ajustes ou modificações na maneira de se movimentar para se adaptar às demandas de cada situação, seja atravessar um pequeno riacho, andar em solo pedregoso ou escalar um terreno íngreme. Apresentando esses desafios, os professores acreditam que, quando estimulados, os alunos se tornam mais ativos, dinâmicos e, conseqüentemente, saudáveis.

Concluindo a avaliação sobre a “Expedição ao Parque Nacional da Serra de Itabaiana”, os professores afirmaram que os alunos vivenciaram um laboratório que explorou

o meio ambiente natural como um dispositivo didático bastante enriquecedor, no qual foi possível experimentar novos desafios, impossíveis de ser vividos em sala de aula ou somente através da leitura de livros didáticos, desafiando-os, desse modo, a aprender através do enfrentamento das dificuldades encontradas, estimulando não somente a prática do exercício físico para aquisição de uma vida mais saudável, mas, também, incentivando o respeito à natureza como a única forma de garantir a continuidade da vida no Planeta Terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que para o desenvolvimento dessa prática pedagógica, a docente utilizou a transversalização da vivência do meio ambiente natural como forma de difusão do conhecimento histórico, retirando a natureza do plano de fundo e colocando-a como parte integrante na construção tanto dos fatos quanto dos espaços.

Destaca-se que para a preparação de ações como as que foram analisadas nesta investigação, necessita-se de tempo e, principalmente, de um cuidadoso planejamento. Ressalta-se que se torna indispensável para a realização de atividades fora do espaço escolar, à colaboração tanto da instituição de ensino quanto dos pais dos alunos, responsáveis não somente pela liberação, mas, principalmente, pelo apoio financeiro. De fato, toda e qualquer atividade realizada fora da escola envolve custos, e isso é extremamente relevante, principalmente quando se trata da participação de alunos que provêm de situações sociais bastante precárias.

No caso dessa pesquisa, destaca-se o comprometimento da professora para com os seus alunos, pois em momentos de dificuldades, como a incerteza se teriam ou não o apoio da unidade escolar ou a participação de outros discentes, ela manteve a disposição de continuar com a proposta apresentada no planejamento. A professora declarou-se ciente das possíveis falhas, por isso utilizou a estratégia de marcar datas distintas para a realização das ações, pois caso não fosse possível realizá-las na data inicialmente planejada, já existiria outra marcada para a elaboração do projeto pedagógico.

A docente destaca que é imprescindível a aproximação da história com a pedagogia, com intuito de facilitar a elaboração dos projetos e trabalhar as dificuldades de aprendizagem dos alunos, procurando meios para a inclusão e a interação de todos. Ressalta, ainda, que se torna fundamental a especialização acadêmica em algum campo relacionado ao

desenvolvimento de ações ambientais e, mesmo que a escola não as promova, o professor deve procurar outros meios para se aperfeiçoar no referido campo de atuação.

Conclui-se, portanto, que é necessário recontar a nossa história, de maneira que possamos entender melhor a conexão entre os seres humanos e a natureza, resultando-se a importância da história ambiental, com uma forma para se entender historicamente os processos de interação entre a natureza e os seres humanos.

Como resultado da análise das práticas interdisciplinares observadas nesta pesquisa, conclui-se que não é difícil “sensibilizar” os alunos sobre a necessidade de preservar o “meio ambiente”, é mais difícil questionar o processo histórico que levou o ser humano a cindir a relação atávica entre racionalidade, cultura e natureza, muitas vezes vista como um depósito de recursos a serem explorados para a garantia do “progresso” da humanidade. Contudo, ao final desta investigação, há uma pergunta que insiste em permanecer sem resposta: De que vale o progresso das nações, se não houver vida para disfrutar dos seus “supostos benefícios”?

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Ely. Uma história para o futuro: o desafio da educação ambiental para o ensino de história. **Simpósio Nacional de História**, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/download/130>. Acesso em: 7 jun. 2019.

CARVALHO, Ely; COSTA, Jamerson. Ensino de história e meio ambiente: uma difícil aproximação. **História & Ensino**, Londrina, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/emess/Desktop/RE%20-%20área%20de%20trabalho/pina/26616-127754-1-PB.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2019.

CASA CIVIL (Brasil). Assembleia Nacional Constituinte. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**, [S.l.], 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 maio 2019.

CONGRESSO NACIONAL (Brasil). Governo do Brasil, Lei. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasil, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 8 maio 2019.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. Tradução: Marie Agnes Chauvel. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. Disponível em: <https://pedropeixotoferreira.files.wordpress>. Acesso em: 1 maio 2019.

LENOBLE, Robert. **História da ideia de natureza**. Rio de Janeiro, Edições 70, 1990.

LIMA, Luiz. **Ecodrama: a natureza como realidade figurativa**. Orientador: Antônio Vital Menezes de Souza. 2018. Tese (Doutorado) - Professor, São Cristovão, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/9610>. Acesso em: 3 jul. 2019.

MACHADO, Melicio. **Aprenda mais sobre a história do município de Barra dos Coqueiros, Sergipe**. Laredo Urbanizadora, Aracaju, 2017. Disponível em: <https://blog.laredo.com.br/historia-municipio-barra-dos-coqueiros/>. Acesso em: 24 maio 2019.

MAZZARINO, Jane; ROSA, Daiani. Práticas pedagógicas em educação ambiental: o necessário caminho da auto-formação. In: **Ambiente e Educação**, Rio Grande, 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/about/contact>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Governo do Brasil. Diretrizes. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio**, Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Governo do Brasil. Documento Normativo. **Base Nacional Comum Curricular**, [S.l.], 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec>. Acesso em: 23 maio 2019.

NUNES, Marilene. Educação ambiental no Brasil. In: **Ambiente Legal: Legislação Meio Ambiente e Sustentabilidade**, São Paulo, 10 dez. 2015. Disponível em: <http://www.ambientelegal.com.br/educacao-ambiental-no-brasil/>. Acesso em: 2 maio 2019.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL (Brasil). Governo do Brasil. Diretrizes. **Parâmetros curriculares nacionais**, [S. l.], 1998.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL (Brasil). Governo do Brasil. Diretrizes. **Parâmetro Curriculares Nacionais**, [S.l.], 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 maio 2019.

SOUZA, Francisco. História e meio ambiente: um diálogo possível e necessário. In: **Perspectiva**, Erechim, 2015. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/>. Acesso em: 12 jun. 2019.